

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Natália Rezende Machado

EXCLUSÃO DA ORALIDADE NO ÂMBITO ESCOLAR

Paranaíba - MS

2017

Natália Rezende Machado

EXCLUSÃO DA ORALIDADE NO ÂMBITO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba como exigência parcial para obtenção do título de Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Me. Luiza Bedê Barbosa.

Paranaíba - MS

2017

M132e Machado, Natália Rezende

Exclusão da oralidade no âmbito escolar/ Natália Rezende Machado. - -
Paranaíba, MS: UEMS, 2017.
45f.; 30 cm.

Orientadora: Profa. Me Luiza Bedê Barbosa.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de
Paranaíba.

1. Escrita. 2. Oralidade. 3. Exclusão. I. Machado, Natália Rezende. II.
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba,
Curso de Ciências Sociais. III. Título.

CDD – 370.19

Bibliotecária Responsável: Susy dos Santos Pereira- CRB1º/1783

Natália Rezende Machado

EXCLUSÃO DA ORALIDADE NO ÂMBITO ESCOLAR

Este exemplar corresponde à redação final do trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado para a obtenção do grau de licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

Aprovada em/...../.....

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Antônio de Souza
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof. Me. Carina Maciel
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof. Me. Luiza Bedê Barbosa
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

A meu esposo Wendel Fernandes Neves, companheiro de todas as ocasiões, o qual sempre me incentivou, motivando a concluir este curso, e minha filha Geovanna Rezende Neves motivação para todas as circunstâncias, em específico de eu querer ser alguém melhor e referência de pessoa e profissional para ela.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus por me dar a oportunidade de chegar até aqui, e pela força de continuar, já que sempre ouvia a sua voz me motivando a persistir.

A minha família, em especial ao meu esposo Wendel Fernandes Neves que sempre me apoiou e me deu motivação para concluir o curso; meu tio José Valentim Machado pelos conselhos e encorajamento de me permanecer firme nesta caminhada; a minha mãe Alice Rezende Machado por ser meu porto seguro, por seus ensinamentos e sempre almejar o melhor para meu futuro, enfatizando sempre para eu nunca deixar de tentar que em uma dessas tentativas eu conquistaria meu objetivo, como de fato aconteceu; e a minha filha que é o bem mais precioso que Deus poderia me dar, mesmo sem dizer nada sempre foi minha fonte de energia, a qual eu desejo que sinta orgulho desta conquista, e que minha luta sirva de exemplo para que ela sempre busque o melhor caminho, através do esforço, dedicação e conhecimento.

Estendo estes a banca examinadora, em especial a minha orientadora Luiza Bedê Barbosa que se prontificou a me ajudar nesta pesquisa, com indicações de leituras e apontando os pontos a serem melhorados no trabalho, pela paciência e compreensão, ajudando superar minhas dificuldades.

Falar bem é, antes de tudo, o conhecimento da linguagem e sua aplicação adequada a determinado tipo de auditório.

Marcos Soares

RESUMO

A língua escrita e a fala são elementos que se complementam; a escrita tem influência da fala, e utilizando deste embasamento reproduz ideias, que influenciam o modo de transcreve-las para o papel. Embora fique evidente que ambas são fundamentais para a vida do ser humano, a escola é destinada ao ensino da escrita e leitura; sem deixar de considerar que ler influi sobre como se fala, assim como a escrita; a oralidade vai além destes preceitos. O objetivo desta pesquisa é demonstrar a importância da escrita e da oralidade e apontar para a exclusão desta última dentro do âmbito escolar. Sendo a justificativa do tema embasada nas consequências negativas acerca do aprendizado, por essa modalidade de ensino não ser desenvolvida da forma que deveria no meio escolar, uma vez que somente as séries iniciais que há um direcionamento do foco para a fala. A metodologia utilizada foi bibliográfica, em livros e artigos que abordam a temática. O PCN (1998) (Parâmetros Curriculares Nacionais) com o objetivo de perceber a necessidade e a importância da oralidade para o aluno, instaura a fala e torna obrigatório o seu desenvolvimento, porém os educadores devem variar os métodos utilizados, a leitura em voz alta e a interpretação do texto lido já não é suficiente para o desenvolvimento deste fator, deve direcionar a estimulação do pensamento do aluno de forma que ele expresse sua opinião. A linguagem oral é empregada principalmente no cotidiano, porém é essencial para todas as áreas da vida social.

Palavras-chaves: Escrita. Oralidade. Escola. Exclusão.

ABSTRACT

Written language and speech are elements that complement each other; writing has the influence of speech, and using this basis reproduces ideas, which influence the way of transcribing them into paper. Although it is evident that both are fundamental for the life of the human being, the school is destined to the teaching of writing and reading; without considering that reading influences how one speaks, as well as writing; orality goes beyond these precepts. The objective of this research is to demonstrate the importance of writing and orality and point to the exclusion of the latter within the school context. Being the justification of the theme based on the negative consequences on learning, because this modality of teaching is not developed in the way that it should be in the school environment, since only the initial series that there is a focus from the focus to speech. The methodology used was bibliographical, in books and articles that approach the subject. The PCN (1998) (National Curriculum Parameters) aims to understand the need and importance of orality for the student, establishes speech and makes it mandatory to develop, but educators must vary the methods used, reading aloud and the interpretation of the read text is no longer sufficient for the development of this factor, it should direct the stimulation of the student's thinking in a way that expresses his opinion. Oral language is mainly used in daily life, but it is essential for all areas of social life.

Keywords: Writing. Orality. School. Exclusion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico1 Frequência de uso de gêneros orais.....	40
---	----

SIGLAS

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

OCEM - Orientações Curriculares para o ensino médio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 ABORDAGEM HISTÓRICA DA LINGUAGEM ORAL.....	15
1.1 Introdução a linguagem.....	15
1.2 Origem da Fala.....	16
1.3 A fala em detrimento do trabalho.....	17
1.4 A fala e a socialização.....	18
1.5 Fala x Escrita.....	20
2 HISTÓRIA DA ESCRITA.....	22
2.1 Introdução a Escrita.....	22
2.2 Escrita como fator de segregação.....	24
3.4 Difusão da Escrita.....	27
3.5 Relação linguagem escrita e oral.....	28
3 ORALIDADE NA ESCOLA EM DETRIMENTO DA ESCRITA.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	44

INTRODUÇÃO

A escrita e a oralidade, embora sejam elementos distintos, estão sempre interligadas, uma vez que ambas transmitem sentidos por meio das palavras, seja por som ou por meio gráfico. Por este motivo, é essencial que as instituições de ensino tenham seu foco nas duas formas da língua, no entanto, normalmente, o ensino é restrito à escrita, há pouca utilização da oralidade na sala de aula como forma de troca de conhecimento do aluno para com o professor.

Tanto é lícito a afirmação que há um total apavoramento dos alunos em provas orais, ou quando são induzidos a fazer comentários a respeito do que foi explicado. E não se pode justificar tal dificuldade por carência de conhecimento, embora seja um fator influente; mas em grande maioria é medo por não saber falar, falar de forma coloquial, pronunciar incorretamente as palavras, ou expor suas ideias de forma inadequada. Observando a exclusão da linguagem oral e as consequências deste ato, percebeu-se a necessidade de demonstrar a importância do assunto.

Embora sejam elementos semelhantes que possuem a finalidade de comunicação e expor ideias, ao invés de se complementarem acabam tornando-se empecilho uma a outra, já que as instituições de ensino as excluem; como será demonstrado por meio desta pesquisa no início da escolarização infantil a oralidade é sempre utilizada, não adequadamente, mas é praticada, posteriormente a oralidade é substituída pelas provas e trabalhos escritos e cada vez mais vem sendo adotada como método principal. Sendo assim, há uma dificuldade em relacionar os fatores, fato este que não deveria existir, pelo contrário, deve-se unir escrita e oralidade, incentivar a leitura e por meio desta ter uma melhor formulação de textos, a expressar em público e por consequência expor suas ideias tanto pela fala ou escrita. É necessário compreender que ambas agregam uma a outra.

Dessa forma, a instituição de ensino, seja ela a escola, universidade, ou similares devem buscar a mediação entre estes dois elementos, para que não haja danos ao aluno, o qual necessita de ambos no meio profissional, pessoal, ou seja, em qualquer âmbito que haja comunicação.

A língua portuguesa é disciplina e exigência curricular, em que há o ensino da gramática, interpretação de texto e padronizações da norma culta. Porém, o ensino deste conhecimento, por ser enrijecido (GERALDI, 2003), torna-se uma imposição e não consegue desenvolvê-lo e o mesmo ocorre com a oralidade.

Tal enrijecimento se dá, segundo Geraldi (2003, p. 19), quando os professores anseiam por mudança e inovação na forma de ensino, e se deparam “com o peso da tradição, com a imposição dos programas a cumprir ou mesmo com as justificações teóricas do ensino tradicional da gramática”.

A oralidade é algo comum e natural entre pessoas de seu círculo de amizade, mas torna-se algo monstruoso para muitos quando se vai falar em público, em que toda a atenção é voltada a você. A escrita não é diferente quanto à dificuldade de expressão, ora temos em mente exatamente o que queremos escrever, no entanto, no momento de fazê-lo, vários questionamentos veem a mente impedindo o desenvolvimento do processo da escrita, situação descrita por Volochínov (2013) no primeiro capítulo desta pesquisa.

O trabalho tem por motivação o estágio realizado como exigência para obtenção do diploma, e em acompanhamento aos alunos identifiquei a dificuldade que tinham de se expressão oralmente, despertando-me para o tema.

Contudo, essa pesquisa tem por objetivo geral demonstrar a importância tanto da escrita quanto da oralidade e apontar para o fato da oralidade ser colocado em segundo plano na escola e na vida.

Além de trazer em seu corpo os objetivos específicos, demonstrar os principais aspectos da escrita e da oralidade, trazer uma perspectiva histórica dos elementos, enfatizar a importância da oralidade no meio acadêmico.

Para isso, será utilizado o referencial bibliográfico, tendo por embasamento a discussão teórica, os principais autores que serão tratados são João Wanderley Geraldi, linguista, professor aposentado do departamento de Linguística do IEL – Unicamp, autor de importantes textos como *Prática da leitura na escola* (GERALDI, 2003), para esse trabalho utilizaremos principalmente o texto *Sobre a produção de textos na escola* (GERALDI, 2003), *A leitura entre a falta e o excesso* (CHARTIER, 1998), *O que é a linguagem?* (VOLOCHÍNOV, 2013) e *Considerações sobre o campo de estudo da escrita* (GNERRE, 1998).

Essa pesquisa está dividida em três seções, sendo a primeira dedicada ao estudo da linguagem oral, a partir do seu surgimento, apresentando as teorias que o justificam. Para tanto, será utilizado o autor do Círculo de Bakhtin, Valentin Volochínov, principalmente o texto *O que é linguagem*, presente no livro “A construção da enunciação e outros ensaios” (2013).

Na segunda seção, intitulada *A história da escrita* será abordado o contexto histórico da referida, apresentando sua origem, diferentes perspectivas a respeito dela, e seu

desenvolvimento, a partir dos textos *Considerações sobre o campo de estudo da escrita*, presente no livro “Linguagem, escrita e poder” (1998) de Maurizio Gnerre, “A aventura do livro: do leitor ao navegador” (1998) de Roger Chartier e Walter Benjamin na obra “Magia e técnica, arte e política” (1994) que demonstram um grande interesse por analisar as narrativas em contexto do desenvolvimento tecnológico.

A terceira *A exclusão da oralidade na escola em detrimento da escrita* iremos discorrer sobre a escrita e a oralidade no âmbito escolar, focalizando na evidenciação da escrita e, por consequência, a exclusão da linguagem oral.

A oralidade é utilizada em todos contextos, sendo estes: familiar, profissional e escolar; e por mais que tenha a característica da informalidade, há momentos que exigem da pessoa saber se expressar por meio das palavras, utilizar a língua correta e a abordagem coerente. Falar vai além de simplesmente pronunciar as palavras; requer raciocínio lógico, domínio da língua e sua gramática, e é importantíssimo a escola abordar essa metodologia para que o aluno tenha domínio desta arte de expressão por meio da linguagem oral.

1 ABORDAGEM HISTÓRICA DA LINGUAGEM ORAL

1.1 Introdução a linguagem

Conforme ilustra Volochínov (2013), pensar em escrever parece simples até se dispor a fazer, determinar a linguagem, definir o tipo de narração. Portanto, até a prática da escrita há muitos pontos a serem definidos, os quais se dividem em dois segmentos: escolha das palavras e composição da obra.

É comum conversar com um colega, contar-lhe uma história, ou até mesmo formular textos em nossas mentes, no entanto, as palavras parecem faltar quando vamos transcrever nossos pensamentos ou histórias contadas. Aprendemos a falar antes de ler e escrever, porém, quando adulto é necessário saber se expressar por meio deste mecanismo.

A linguagem é algo habitual e corriqueiro e, portanto, faz parte da realidade social. No entanto, quando se permite refletir sobre ela, tenta-se expressar tudo que realmente deseja, o uso da ortografia correta e a utilização da norma culta de estruturação do texto, acaba transformando o que era leve em algo pesado; a linguagem transforma-se em matéria da criatividade artística.

A diferença entre essa forma de arte para as demais, segundo Volochínov (2013), é que enquanto a tinta, a argila, dentre outros são maleáveis e terão o significado que o artista quiser, a linguagem¹ não possui essa característica, as palavras já têm um significado determinado e seguem leis linguísticas que tornam possível sua compreensão.

Dado esta constatação, é pertinente a colocação que embora a língua seja difundida, aqueles que não são alfabetizados tem dificuldade de utilização, haja vista que dependendo de sua aplicabilidade pode causar complicações ao emissor do pensamento, principalmente na língua portuguesa, a qual dispõe de uma palavra com diversos significados diferentes, ou até mesmo ortografias diferentes para termos de pronuncia igual. Embora não seja o objetivo desta pesquisa, é válido salientar a complexidade da nossa língua.

¹ Segundo Cavalante (s.d, p. 3) Linguagem: a capacidade humana de utilizar sinais linguísticos com vistas à comunicação.

Língua: uma noção que sugere que a capacidade de linguagem se realiza em um material concreto, disponível culturalmente, uma língua natural.

1.2 Origem da Fala

Ao tratar do surgimento das palavras, Volochínov (2013) elenca duas teorias: onomatopeia e interjeições. Na primeira, diz-se que a origem se deu a partir do homem reproduzir sons característicos dos animais e dos fenômenos naturais, que posteriormente designariam objetos que produziam tais sons, transformando dessa forma em palavra.

Já a segunda teoria prega que os primeiros sons da linguagem são fruto das exclamações que os homens produziam ao estar sob sensações fortes, advindas de algum objeto; a repetição desse som converteu em signos fixos e conseqüentemente em palavra.

No entanto, ambas teorias ficaram arcaicas e pouco efetivas, até mesmo por constatar que não a abrangia como fenômeno social. Engels em *O papel do trabalho no processo de transformação do macaco em homem* (1876) desenvolveu um pensamento sobre a direção da origem da linguagem:

Nossos antepassados macacos eram animais sociais; é evidentemente impossível estabelecer a origem do homem, o mais social dos animais, de antepassados não sociais. O domínio da natureza, que estava começando, junto com o desenvolvimento das mãos e do trabalho, ampliava a cada novo passo o horizonte do homem. Nos objetos da natureza ele descobria novas qualidades, até então desconhecidas. Por outra parte, o desenvolvimento do trabalho favorecia, à medida das necessidades, a união mais estreita dos membros da sociedade, já que graças a isto se tornaram mais frequentes os casos de ajuda recíproca, de atividade em comum, e se tornou mais clara a utilidade desta atividade em comum para cada membro individual da sociedade. Logo esses seres humanos em formação chegaram ao ponto em que aparece a *necessidade de dizer algo um ao outro*. A necessidade criou os órgãos da fala: a garganta não desenvolvida do macaco se transformou, lenta mas inexoravelmente, graças a modulações que se tornaram gradualmente mais fortes, e os órgãos de base se habituaram a pronunciar um som articulado depois de outro. (Engels. *O papel do trabalho no processo de transformação do macaco em homem*. Arquivo Marx e Engels, 1876, p. 93).

Nessa mesma linha de pensamento, Ludwig Noiret, afirmava que a linguagem era uma consequência do trabalho primitivo dos antepassados. O russo N. I. Marr ratificou essa ideia expondo que o desenvolvimento se deu por meio da socialização a qual se baseava nas necessidades econômicas e da organização econômica.

Tais pensadores seguem a linha de raciocínio do desenvolvimento progressivo da fala por meio das necessidades sociais, ou seja, de interação com o próximo. Teoria esta que pode ser fundamentada pelo objetivo da linguagem, tendo por principal propósito a comunicação.

Tanto é verídico, que é obvio que a linguagem hoje conhecida nem sempre foi desta forma, por isso que houve um desenvolvimento e aperfeiçoamento até resultar na atual. Porém

antes dela ser sonora, N. I. Marr afirma que possuíam maneiras de comunicação como gestos e mímicas.

Volochínov (2013) elenca as manifestações artísticas como um dos fatores que deram surgimento da linguagem, por meio das expressões corporais, os ritos mágicos, sons dos instrumentos rudimentares, que acarretavam os gritos de euforia os quais desenvolveram gradualmente os órgãos de fonação, que originaram a linguagem fônica articulada.

Sons estes que ainda não eram palavras, para isso o homem deveria ter a necessidade, alavancado pelas exigências econômicas, de compreender e explicar. Só então começa o incontestável desenvolvimento da língua sonora e sua expansão.

Nota-se até dado momento, que a todo tempo o centro do desenvolvimento da fala é comunicar e expressar as artes, sensações, experiências, descobertas; possibilitar uma melhor interação social, seja por meio de gestos, toques, olhares ou sons. Portanto, a comunicação não se restringe a conversa, esta abrange os sinais que o corpo transmite ao fazê-la, assim como aqueles que tem deficiência são capazes de se expressar e conseqüentemente comunicar de outras formas além da fala e escrita.

Inicialmente as palavras eram polissignificante, ou seja, tinha significados compreendidos por todos. As primeiras tinham relação com a atividade econômica, e a primeira palavra, segundo Volochínov (2013), a qual abriu caminho para as demais foi “mão”, a mão do homem trabalhador.

1.3 A fala em detrimento do trabalho

Neste contexto é válido trazer o desenvolvimento humano, já que o trabalho se deu por meio desta evolução; Engels (1876) afirma que o trabalho é condição básica para a vida, tanto que atribui a este a criação do próprio homem. O referido autor atribui ao trabalho à origem da linguagem, porém este não tem o significado hoje conhecido, refere-se à necessidade de criar ferramentas para caçar e conseqüentemente se alimentar.

E isso só foi possível pelo desenvolvimento do macaco para homem, que inicialmente ficou ereto e após as mãos ficaram livres o que possibilitou que tivessem mais destreza, habilidade e flexibilidade que ficavam mais acentuadas conforme o tempo evoluía.

Vemos, pois, que a mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele. Unicamente pelo trabalho, pela adaptação a novas e novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento especial assim adquirido pelos músculos e ligamentos e, num período mais amplo, também pelos ossos; unicamente pela

aplicação sempre renovada dessas habilidades transmitidas a funções novas e cada vez mais complexas foi que a mão do homem atingiu esse grau de perfeição que pôde dar vida, como por artes de magia, aos quadros de Rafael, às estátuas de Thorwaldsen e à música de Paganini. (ENGELS, 1876, p. 7-8)

O processo de ficar com o corpo ereto é tratado por Engels (1876, p. 6) quando o autor descreve os passos para a posição humana atualmente; que se deu por pura necessidade. Os macacos podem se manter eretos, no entanto, só o fazem se necessário e com extrema lentidão. Porém, na maior parte do tempo ficam na posição semiereto encostando as mãos no chão. Nos primitivos em questão as mãos já possuíam funções diferentes dos pés, assim como do homem, para estes seres as mãos “servem fundamentalmente para recolher e sustentar os alimentos, como o fazem já alguns mamíferos inferiores com patas dianteiras”, além disso cada animal dá a este membro uma utilidade diferente, e de acordo com sua evolução a tarefa passa a ser mais semelhante as realizadas pelo ser humano.

Ficando o homem em posição ereta, segundo Engels (1876, p. 7), a mão era livre e podia agora adquirir cada vez mais destreza e habilidade; e essa maior flexibilidade adquirida transmitia-se por herança e aumentava de geração em geração”.

As mãos evoluíam e em conjunto outros órgãos também se desenvolviam, tanto que o homem teve vontade de dizer algo uns aos outros, segundo Engels (1876) essa necessidade desencadeou o desenvolvimento da laringe, até então desmedrado, que conforme iam produzindo as modulações estas iam sendo aperfeiçoadas, e a boca se enquadrava no aprendizado de aos poucos pronunciar um som articulado após o outro.

Portanto, a linguagem sonora, a fala, foi desenvolvida basicamente pela necessidade de se socializar e esta interação também influenciou na determinação linguística, já que há troca e toda relação de permuta há doação e recebimento, dessa forma alguém trouxe uma nova palavra e por consequência ensinou uma palavra utilizada.

1.4 A fala e a socialização

Foi o entrecruzamento linguístico que definiu o destino da linguagem, pois com a necessidade de unir grupos, havia a troca e a união dos elementos linguísticos que proporcionaram a formação de novas palavras. Após essa fase, veio a aplicação desta nas frases, que se desenvolveu gradativamente, primeiro sem flexões dos termos, depois os elos cognitivos e posteriormente a frase com conjunção e declinação das palavras.

A linguagem, portanto, é resultado da atividade coletiva humana, a disputa entre tribos, em que o nome da vencedora era determinado como bom, válido e da vencida, mau, péssimo. Enquanto a comunidade dispunha de um pensamento grupal, os pronomes eram somente coletivos, foi com a propriedade privada que surgiu o singular, a primeira pessoa, eu; e a segunda e terceira pessoa, tu e ele.

Diante do exposto é notório que a linguagem teve sua origem e desenvolvimento vinculado a atividade coletiva e reflete em todos os seus elementos tanto a organização econômica como a sociopolítica da sociedade que a gerou. (VOLOCHÍNOV, 2013, p. 141).

Os estudos de Volochínov e Engels direcionam o surgimento da linguagem para um período em que a socialização e processo do trabalho estavam como ponto principal, os quais possibilitavam trocar experiências, e estas agregar valor à evolução da linguagem, conforme Benjamin (1994, p. 197-198) está ocorrendo um retrocesso no desenvolvimento da linguagem.

É a experiência de que a arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. Quando se pede num grupo que alguém narre alguma coisa, o embaraço se generaliza. É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências.

Conversar tem sido algo cada vez menos frequente, a individualização, cada pessoa querendo saber unicamente de seus problemas, os conselhos antes dados hoje são tidos como inadequado. No entanto, o supracitado autor esclarece que conselhos são experiências e se atualmente são classificados como antiquado, tem por justificativa que as experiências não estão mais sendo comunicáveis.

Ainda em explanação sobre o assunto, Benjamin (1994) relata que conselho é sabedoria e que a justificativa acima mencionada é dada pelo definhamento dela. Pois o assunto é esgotado quando não há ou não se sabe o que falar, e para expressar sonoramente o conhecimento é fundamental.

A leitura, a conversa, o intercâmbio de experiências, são fontes de formar opiniões e debater sobre elas a fim de enriquecer o seu pensamento e aguçar seu poder de argumentação sobre aqueles que divergem. No entanto, a propagação de informações, segundo Benjamin (1994), está prejudicando a arte de narrar, uma vez que estas veem acompanhadas de explicações, bloqueando o poder de imaginação do leitor e descartando qualquer interpretação senão aquela contida no texto redigido.

Dessa forma, aquele que lê apenas restringe o conhecimento a algo unilateral, onde há apenas uma forma de interpretação, já se houver um debate, as opiniões acrescentam e consegue-se capturar uma maior amplitude das informações, já que há variadas maneiras de entendimento de um texto, e a medida que as discussões se tornam frequente os horizontes são ampliados e ao ler os próximos materiais seu cérebro fará automaticamente uma leitura mais ampla sobre o tema.

A criança aprende a falar ouvindo, e expressa a repetição do som. A tecnologia, embora não se possa descartar sua importância, faz com que a comunicação seja muito mais escrita e virtual do que presencial, e acaba dificultando esse processo de aprendizagem; e tendo por consequência crianças que mal se comunicam por viverem imersas em um mundo tecnológico de interação com a máquina, e o motivo do desenvolvimento da linguagem sonora vem entrando em total colapso, já que a interação social está em crise, e a era atual é da individualidade absoluta.

Dessa forma a comunicação passa a ser cada vez mais escrita, a digitação de mensagens, a formalização e a resolução de problemas por e-mails, a tecnologia ao objetivar maiores resultado e agilidade torna as relações mais superficiais e distantes; descartando, ou sendo utilizada a comunicação verbal em casos de extrema necessidade, onde não possa aplicar outro método.

1.5 Fala x Escrita

A fala foi uma evolução indiscutível, porém, com a evolução da espécie e o desenvolvimento das relações sociais e econômicas, a palavra necessitou de um complemento, de ser formalizada e comprovada, tanto que houve uma substituição considerável da comunicação oral pela escrita.

A escrita faz de tal modo parte da nossa civilização que poderia servir de definição dela própria. A história da humanidade se divide em duas imensas eras: antes e a partir da escrita. (...) Vivemos os séculos da civilização da escrita. Todas as nossas sociedades baseiam-se sobre o escrito. A lei escrita substitui a lei oral, o contrato escrito substituiu a convenção verbal, a religião escrita se seguiu à tradição lendária. E, sobretudo não existe história que não se funde sobre textos (HIGOUNET, 2003 *apud* GOMES, 2007, p.2).

De maneira superficial, o ser humano além de diversas transformações, também sofreu uma alteração de caráter; quando não existia a moeda, e o câmbio era o meio de conseguir

suprir as necessidades, a palavra tinha grande valor; não existia documento assinado, firmado um acordo verbal, ou um simples apertar das mãos já se configurava um compromisso.

Com a alteração deste comportamento, foi necessário buscar outro meio de garantia, uma vez que apenas a palavra não se valia de valor perante a exigência do cumprimento o compromisso, e desde então a palavra sofre grande declínio, juntamente com a fé no próximo, uma vez que, o seu testemunho tem que ser acompanhado de prova para ter algum valor perante as leis.

Ao referir-se à oralidade, é inevitável não assimilar a escrita, principalmente considerando o objetivo desta pesquisa, onde a escrita é um dos fatores que acarretam na exclusão da oralidade no âmbito escolar, porém é de extrema necessidade destacar que em nenhum momento o intuito deste trabalho é descartar a importância e quão essencial é a língua escrita, porém esta forma de expressão é uma das principais causas da exclusão da oralidade.

Frente a isto, o estudo da escrita se faz indispensável para este trabalho, e para melhor compreender a exclusão da oralidade, já que é claro segundo Higounet (2003) no supracitado trecho, a lei escrita substitui a lei oral e se estende com outros exemplos de substituição da oralidade para a escrita.

2 HISTÓRIA DA ESCRITA

2.1 Introdução a Escrita

Quando se põe a refletir sobre a fala e a escrita, normalmente se relaciona a escrita com a fala, deduzindo que inicialmente se desenvolveu a oralidade para posteriormente a comunicação gráfica, porém autores relatam o contrário.

Tudo se passa como se a escrita já tivesse sido inventada antes de ser posta em relação com a língua, antes de ser fonetizada: o advento da escrita é o advento de algo que já é a escrita (considerando que a sua característica fundamental é o isolamento de um traço significante através da grafia) e que, depois de uma evolução lenta e descontínua, acaba por poder servir de suporte ao som (BARTHES e MARTY, 1987, p.32).

Barthes e Marty (1987) contraria afirmação de que a língua oral tenha surgido primeiro, sem entrar o mérito da questão por não ser o foco da pesquisa, enfatizamos que ambos são de extrema importância para o homem. A disseminação da escrita foi colocada em pauta a partir do século XVII e, desde então, sofreu várias modificações, assim como os quesitos básicos para os sujeitos serem classificados como alfabetizados. Por exemplo, inicialmente somente assinar o próprio nome era considerado evidência satisfatória para a classificação da pessoa ser alfabetizada, embora ainda seja uma comprovação, durante algum tempo, passou-se a exigir a transcrição de um texto, e cada vez mais foi se expandindo os atributos para a qualificação de alfabetização. (GNERRE, 1998)

No século XVII, segundo Chartier (1998), criou-se o projeto da língua universal, iniciado com o das línguas formais de Leibniz a Condorcet, o qual dispunha de uma língua que conseguisse oficializar os procedimentos do pensamento, porém este não se perpetuou.

A escrita como objeto de pesquisa foi consagrada nas últimas décadas e são vastos os campos de investigação. Gnerre (1998, p. 39) explana sobre o campo de estudo da escrita.

Podemos dizer que o campo de estudos da escrita, como foi constituído nas últimas décadas, é um cruzamento estimulante das principais áreas de categorização das atividades intelectuais tradicionais no pensamento ocidental, tais como a história, a linguística, a sociologia, a educação, a antropologia e a psicologia. Por essa razão, alcançar uma boa compreensão da série de fatos e de ideias que são relevantes para o campo de estudos da escrita é uma façanha complexa.

Percebe-se que é recente a curiosidade sobre os fatores que desencadearam a escrita, no entanto, a compreensão destes fatos é complexo, principalmente quando há vários campos de estudos, e os caminhos percorridos por tais áreas podem se divergir.

Quanto às causas da determinação da área de estudo da escrita, tem-se duas vertentes de análise: técnica e humanística. Podendo ser considerada na primeira hipótese o aumento dos programas de alfabetização e de educação no mundo todo e, por outro, a padronização escrita de muitas línguas até então sem tal tradição.

Gnerre (1998) com uma visão crítica sobre a propagação da escrita e da educação básica no mundo, relata o avanço tecnológico atingindo de forma mais lenta, porém não isento nos países de terceiro mundo. A tecnologia traz alusão de que a escrita seja uma atividade arcaica e por consequência deste fato, essa língua está perdendo espaço para a era digital. Fatores estes que levaram ao estudo da escrita.

No exposto raciocínio do autor, percebe-se que ao referir-se a escrita, remete ao manuscrito, já que a digitação também é uma forma de língua gráfica, e principalmente no século XXI com a expansão da acessibilidade aos computadores, a maior parte das informações são concretizadas pela digitação, e é pertinente frisar que há um grande incentivo para utilização deste mecanismo, tanto que no meio acadêmico os materiais didáticos são impressos e a exigência de trabalhos, são em grande parte, digitados.

Na mesma perspectiva, Benjamin (1994) critica a tecnologia, porém enfatizando o fato de várias informações chegarem aos leitores e estes não as conseguirem absorver, isso porque elas já vêm com explicações.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento do campo de pesquisa da escrita se deu por meio do seu progresso histórico, o qual iniciou com símbolos “pictográficos” e “ideográficos”. Atualmente, o que classificamos como escrita coexistiu durante milênios sob forma de comunicação visual, as quais não se enquadram no que definimos como tal prática. Ou seja, monogramas na cerâmica e na porcelana, marcas de pastores, dentre outros são formas de comunicação assim como a escrita e têm o mesmo objetivo, no entanto, não possuem a mesma denominação.

Rojo (2006, p. 11-12) relata que foi na “Mesopotâmia, entre os rios Tigre e Eufrates, na cidade de Uruk, antiga capital de Sumer, que são encontrados os vestígios mais antigos de escrita cuneiforme, datados de 3300 a.C.” Essa forma de escrita é derivada dos pictogramas e das pinturas rupestres, as quais eram registros de objetos, ações e cenas de interação social.

Com relação ao supracitado progresso histórico, a escrita inicialmente era tida como um fator unicamente positivo e, portanto, despertou o interesse de muitos, no entanto, há pontos a serem observados que contradizem essa exclusividade benéfica.

2.2 Escrita como fator de segregação

O processo deveria ser de reciprocidade, compartilhar as experiências e ponto de vista dos alfabetizadores e alfabetizados, já que há diferença quanto à etnia, classe social, crença e hipóteses sobre a escrita, sua natureza, suas funções e os valores que a ela estão associados, porém este método não foi aplicado.

A negação a troca de conhecimento caracteriza uma segregação, a escrita estabelece uma relação de classificação, aqueles se dominam a arte se sobrepõe aos que não tem a oportunidade de aprender esta forma de registro.

Dentre as críticas à escrita, pode-se determinar que a primeira seja identificada em Fedro de Platão, o qual traz a decadência da utilização da memória pela existência da escrita:

Porque este conhecimento terá por resultado, naqueles que o adquirirem, tornar-lhes as almas esquecidas, pois deixarão de exercer a memória: pondo a confiança no escrito graças as duradouras letras, será do exterior e não do interior e graças a si próprios que se lembrarão das coisas. Não foi, pois, para a memória, mas para a rememoração que tu encontraste um remédio. Quanto ao ensino da sabedoria não é a verdade, mas a aparência dela que lhe dás. Assim que, com a tua ajuda, estiverem cheios de conhecimentos sem terem recebido o ensino, podem parecer aptos a julgarem sobre mil coisas, mas quase sempre nada conhecem; serão insuportáveis porque, em vez de serem sábios, parece-lo-ão.(...) (PLATÃO, FEDRO, 247 c-275e *apud* GNERRE, 1998, p. 48).

Sem a escrita não há possibilidades de salvar o conhecimento, porém a opção de a informação sempre estar disponível acaba por fazer nós humanos não ter tanta atenção com as informações e conseqüentemente não as memorizar, tanto é verídico que com a era digital os celulares salvam os números e a discagem é automática, é comumente percebido que após esse avanço são poucas as pessoas que memorizam números telefônicos. Portanto, a preocupação e crítica de Fedro de Platão tem fundamento e é vivenciado na atualidade.

Porém, nas culturas orais, a escrita não substitui a memória, ao contrário, tem por função complementá-la, ser um suporte visual de informações essencialmente memorizadas. No entanto, há culturas extremas, que aceitam ou recusam totalmente, assim como o do líder índio norte-americano Russel Means o qual é inteiramente ao contrário:

O único início cabível numa declaração deste gênero é que eu detesto escrever. O próprio processo resume o conceito europeu do pensamento legítimo: O que é escrito tem uma importância que é negada ao falado. A minha cultura, a cultura lakota, tem tradição oral e, portanto, eu usualmente rejeito escrever. Um dos meios de que se vale o mundo dos brancos para destruir as culturas de povos não europeus é impor uma abstração à relação falada de um povo. Por isso, o que você lê aqui não é o que escrevi. É o que eu disse e outra pessoa escreveu. Permito que assim seja feito porque me parece que a única via de comunicação com o mundo dos brancos são as folhas mortas e secas dos livros. (Means, 1981:49 *apud* GNERRE, 1998, p. 53).

Como bem afirma Russel Means, a comunicação sem a escrita é praticamente inviável na modernidade, desta forma é inegável sua importância, porém, como exposto, não é uma ferramenta que acrescentou apenas de modo positivo; acarretou em modificações de hábitos humanos ruins, no entanto, ressalta-se que foi o homem que alterou sua conduta, e deixou de cultivar outras práticas e se prender a esta modalidade, já que a escrita deveria perpetuar a memória não a extinguir, complementar a oralidade e não a excluir.

Por muito tempo a escrita era dominada por um núcleo pequeno de pessoas, e serviços como escrever uma carta, preencher um formulário, fazer um curriculum vitae, dentre outros, eram direcionados para pessoas denominadas escrevente público, conhecidos por ter domínio das normas.

O escrevente público era uma figura muito importante das sociedades do Antigo Regime. Ele desaparece perto do fim do século XIX a partir do momento em que, no interior de uma certa categoria social – empregados domésticos, costureiras, operários, soldados...-, havia sempre (ou quase sempre) um colega, que no próprio meio podia prestar aos outros esse serviço da escrita. Isto não quer dizer que as sociedades atuais sejam necessariamente menos alfabetizadas que as do fim do século XIX, mas simplesmente que a interiorização das exigências do Estado burocrático leva a delegar a um especialista aquilo de que não nos sentimos capazes nós mesmos (CHARTIER, 1998, p. 101-103).

Junto com a escrita tiveram a extensão desta, como o livro. No entanto, também foram alvos de críticas, como a referência da contaminação do pensamento pela leitura e consequentemente a perda de identidade pela influência que este tinha, e a pessoa por renunciar a sua personalidade e modo de pensar, teria como recompensa uma suposta condição mais alta dentro da sociedade de classes.

A escrita passa a ser tida como uma ferramenta de dominação, a qual autor corrompe com suas ideias o leitor, que além disso passa a compartilhar dessas teorias tornando uma pessoa com outra personalidade. É cabível que de fato ocorria tais relatos parcialmente, uma vez que as leituras nos fazem refletir e posteriormente tirar conclusões.

Porém, mesmo após aceitação do livro, houve no decorrer da história, relatada por Chartier (1998) um momento que nem tudo era considerado como leitura boa, porém Rousseau discordava e atestava que todas as formas de aprendizagem da leitura eram boas, independentemente de serem escolares ou extraescolares.

Com relação aos livros, a industrialização gráfica, no século XIX, e no século XX por meio dos livros de bolso, inicialmente rejeitados, e alvos de inúmeras críticas por proliferar leituras incontroláveis, no entanto percebeu-se que o livro de bolso “acabou multiplicando a leitura entre aqueles que já eram leitores, mais do que conduziu à leitura aqueles que não estavam familiarizados com a cultura dos livros” (CHARTIER, 1998, p. 112).

Por tempos a escola, a Igreja, a família e a biblioteca determinaram o que era bom para ler, no entanto, o conceito de bom não eram consensuais entre as partes. São inúmeras as reflexões quanto a escrita, vale ressaltar que o autor pioneiro neste quesito foi Lévi-Strauss, o qual referiu-se a esta como ferramenta de poder e dominação.

Minha hipótese, se correta, nos obrigaria a reconhecer o fato de que a função primária da comunicação escrita é a de favorecer a escravidão... Ainda que a escrita não haja sido suficiente para consolidar o conhecimento, ela foi talvez indispensável para fortalecer a dominação... A luta contra o analfabetismo está então em relação comum com o crescimento da autoridade dos governos sobre os cidadãos. Todos têm que ser capazes de ler, de forma que o governo possa dizer: a ignorância da lei não é desculpa. (Lévi-Strauss, 1974 [1955]): 336-8 *apud* GNERRE, 1998, p. 58)

Neste contexto Rousseau e Bergson, demonstram outros pontos adversos quanto a escrita como a “separação, a tirania, e a desigualdade... A fragmentação da comunidade de falantes, a divisão da terra, a analiticidade do pensamento, e o reino do dogmatismo foram todos originados com a escrita”. (RICOEUR, 1976: 39 *apud* GNERRE, 1998, p. 49).

Como relatado a escrita tornou-se uma referência para a segregação humana, aqueles que tinham o domínio da escrita, normalmente os nobres, se sobrepunham e discriminavam aqueles que não possuía conhecimento neste ramo.

O mundo evoluiu, porém por muito tempo perpetuou essa forma de poder e dominação por meio da escrita, fator que contribuiu consideravelmente para o preconceito; até hoje, embora já tenha incentivos maiores e uma obrigatoriedade a educação, aqueles com condições financeiras maiores muitas vezes optam por uma instituição de ensino particular para obter um conhecimento maior. Deste modo, ainda tem-se uma segregação no que tange o nível de conhecimento de acordo com a posição social.

Na mesma linha, M. Rahnema (*apud* GNERRE, 1998, p. 58) registra: “a luta contra o analfabetismo está no ponto de se transformar numa luta contra os analfabetos”.

O exposto nos remete a forma com que se lê, a interpretação, ora se a pessoa não for capaz de discernir o que é escrito, tudo o que lhe for dito como verdade assim será. A escrita passa a ser uma arma de manipulação e conseqüentemente dominação.

É evidente que a classe dominante, e que possuía conhecimento da língua era a nobreza, que escravizava a classe pobre com aquilo que almejavam, que possuía acesso à escrita. Por isso mais importante que ler, é compreender; formar opinião, para não ficar à mercê da interpretação alheia e assim tornar-se capaz de tirar suas próprias conclusões.

3.4 Difusão da Escrita

É somente na Europa no século XIX; período da industrialização, o qual segundo Gnerre (1998) contribuiu significativamente com a divulgação da escrita; o Estado almejava fixar a todos uma aprendizagem igualitária, a qual teria o controle. Porém, neste período, havia uma grande proliferação de leitores e devido o acesso à leitura e a escrita, colegiais e posteriormente universitários, abandonaram a terra em favor do ofício da pena e da palavra, o que para poderosos foi uma grande desordem social e culminou na importação daquilo que não se produzia mais no país por falta de mão-de-obra. Esse discurso vai muito além do Antigo Regime (CHARTIER, 1998).

Porém, após a difusão da educação elementar e a constatação de sua necessidade, o ensino secundário, e a fortiori o universitário, ainda é um conhecimento restritivo, direcionado apenas a minoria (CHARTIER, 1998).

O avanço quanto à importância do conhecimento vem sendo crescente, embora já esteja bem difundido o ensino fundamental e médio, o nível superior ainda é seletivo, já que grande maioria daqueles que estudaram em escolas particulares migram para universidades públicas, e aqueles que concluíram os estudos em instituições públicas não tem, em sua maioria, condição de ingressar em uma faculdade privada pelo valor mensal a desembolsar, e por estarem em menor nível educacional ao comparar com aquele oriundo de escola privada.

É válido ressaltar que tais informações são em âmbito geral, deixando claro que há várias situações contrárias, e vários fatores que influenciam a opção por não buscar a inserção e conclusão do nível superior. Porém, dentre as informações mencionadas, o que se objetiva é demonstrar que a classe social ainda é muito correlacionada com o seu nível de formação.

Outro fato importante sobre o desenvolvimento e proliferação da leitura e da escrita, é com relação ao público feminino, sendo que o controle era total para esse nicho, cuja justificativa se baseia no temor das interpretações selvagens, sem garantia do poder (CHARTIER, 1998).

Em relação à alfabetização o processo técnico utilizado recorre ao tempo como fator determinante para avaliação, porém é importante lembrar que além das variações de idade, há outros fatores que influenciam diretamente o desenvolvimento da alfabetização como classe social, grupo étnico, e também com as classes próprias de cada momento histórico.

A escrita tornou-se mais ativa por necessidade, com a instauração da primeira guerra mundial, os Estados modernos dispunham do sistema de correios que faziam o intercâmbio com a troca de notícias, porém não há muitos relatos deste meio de comunicação em grupos com classe social mais inferior.

3.5 Relação linguagem escrita e oral

Além da questão de segregação, de poder e dominação causado pela escrita, outro ponto a se destacar é a relação da linguagem escrita e oral. Gnerre (1998, p. 61) ilustra superficialmente a dificuldade em conciliá-las, ressaltando a importância de ambas para a alfabetização, principalmente esclarecendo que são fundamentais para a vida adulta, porém, também é essencial para a criança que está em fase de construção.

Um problema que me parece central na alfabetização de crianças e adultos é o da ausência ou da redução extrema dos momentos e dos instrumentos teóricos e práticos para a mediação entre oralidade e escrita. Na medida em que não damos espaço a fase de mediação entre oralidade e escrita, complicamos de forma desnecessária o momento já intrinsecamente difícil de alfabetização, visto como interpretação recíproca do alfabetizador e do alfabetizando. É justamente essa fase de mediação que precisa ser fortalecida de várias formas: Temos de tentar desenvolver o gosto e a confiança na oralidade, o prestígio da arte verbal, a discussão sobre as hipóteses relativas ao que seria a escrita, a leitura oral em voz alta de livros escritos e impressos e a discussão dos seus conteúdos, comparados com conteúdo de histórias da tradição oral. Todas essas, e outras, seriam as práticas necessárias para fortalecer ou até mesmo instituir a fase de mediação entre oralidade e escrita.

O autor deixa claro na explanação a essencial ênfase na mediação entre oral e escrito, em que uma auxilia o desenvolvimento da outra e acrescenta os resultados da alfabetização, torna o alfabetizado mais criativo em ambos os quesitos.

As instituições de ensino são focadas em ensinar gramática, semântica e não focam na importância que a oralidade tem no desenvolvimento da pessoa e também da escrita. A confiança no falar, saber o que e quando utilizar as palavras é fundamental para o processo.

Não há como destacar a qual seja mais importante, ambas se fazem fundamentais para a vida de qualquer pessoa que almeja uma vida em sociedade, pois são as formas de comunicação mais usáveis.

E embora tende a ter uma segmentação, são complementos uma da outra, em linguagem mais formal precisa conhecer as regras gramaticas e expressar de forma mais correta possível, e nada adianta saber escrever corretamente se não tem o que escrever, se não consegue se expressar.

O ser humano aprende a falar antes mesmo de ler e escrever; desta forma inicialmente o alfabetizado redige da forma que diz, o que ratifica a essencialidade de se ensinar e focalizar na linguagem oral, no entanto, o que percebe-se por meio de conhecimento empírico por meio de observações em instituições de ensino, é que há uma ascensão da escrita, e em contrapartida a oralidade caiu em declínio; tanto que antes as provas em sua maioria eram orais, ao contrário de hoje, onde a ideia dessa modalidade de prova aterroriza os alunos.

Diante disso, é notório que há uma exclusão da oralidade nos tempos atuais, iniciada pela substituição da escrita pelas escolas, e a tecnologia que vem a sobrepondo frente à sociedade, a comunicação oral vem sendo oprimida pelas redes sociais de intercomunicação escrita, por isso se faz necessário compreender os motivos que desencadearam essa progressiva erradicação da linguagem oral.

Como as instituições de ensino têm um importante papel na formação do aluno, a oralidade tem que ser analisada mediante a escola, local onde há maiores indícios que a oral vem sofrendo uma exclusão como metodologia de ensino e sendo substituída, em grande parte, pela escrita.

3 ORALIDADE NA ESCOLA EM DETRIMENTO DA ESCRITA

Antes de qualquer coisa, faz-se necessário justificar a aplicabilidade do termo exclusão, Esteves (apud SIGNORINI, 2001, p. 144) descreve com clareza:

E como a escola trabalha tanto com a ideia do universo letrado se contrapondo a e **excluindo o uso da oralidade**, quanto com o ideal de pureza de uma escrita que não se confunde com a fala, todo o desafio de escrever adequadamente, corretamente, passa a ser o de limpar, extirpar da escrita o que é percebido como resíduo ou “interferência” da oralidade, e o de reproduzir uma dada “lógica” institucionalizada de composição de texto. (SIGNORINI, 2001, p. 114 apud ESTEVES, 2014, p. 104 **grifo nosso**).

O Letramento analisa o desenvolvimento social decorrente da aplicação da escrita desde o século XVI, “as mudanças políticas, sociais, econômicas e cognitivas relacionadas com o uso extensivo da escrita nas sociedades tecnológicas” (HEATH 1986; ROMA 1980 *apud* KLEIMAN, 1995, p. 16).

O termo letramento, porém, não consta no dicionário por ser uma expressão que designa estudos complexos e de grandes variações de tipos, sendo a oralidade um dos objetos de pesquisa desse segmento. Seu conceito começou a “ser usado nos meios acadêmicos numa tentativa de separar os estudos sobre o ‘impacto social da escrita’ dos estudos sobre a alfabetização, cujas conotações escolares destacam as competências individuais no uso e na prática da escrita” (KLEIMAN, 1995, p. 15).

Neste cenário, a oralidade é contextualizada e examinada de forma a se verificar, principalmente em níveis sociais inferiores, que as crianças são letradas no que refere a “possuírem estratégias orais letradas, antes mesmo de serem alfabetizadas”, ou seja, mesmo sem saberem ler e escrever detém o domínio da fala (KLEIMAN, 1995, p. 18). A oralidade é influenciada pelo meio em que está inserida, a criança aprende inicialmente com a mãe como expõe Kleiman (1995) e é ratificado por Soares (2002, p. 21) na seguinte passagem:

Segundo a lógica da teoria da deficiência cultural, o déficit linguístico é atribuído à “pobreza” do contexto linguístico em que vive a criança, particularmente no ambiente familiar. Argumenta-se que o desenvolvimento da linguagem da criança depende, fundamentalmente, da quantidade e qualidade das situações de interação verbal entre ela e os adultos, particularmente entre ela e a mãe. Nas camadas populares, alegam os partidários da teoria da deficiência cultural, a interação verbal criança-mãe é empobrecedora: a criança não é incentivada a expressar-se verbalmente; os estímulos verbais são precários e desorganizados; a mãe não conversa com a criança nem lê para ela; o estilo de comunicação não propicia a reflexão e a abstração; a linguagem da mãe (assim como a dos demais adultos com que a criança tem contato em seu contexto) é deficiente, constituindo-se, por isso, em um modelo inadequado.

Soares (2002), em grande parte de sua obra “Linguagem e escola”, atribui o déficit linguístico ao contexto social, assim como Geraldi e Citelli (2001) no livro “Aprender e ensinar com textos de alunos” afirmam com base nas pesquisas realizadas, que as condições das escolas públicas são distintas das particulares. Aqueles que desfrutam de um ensino particular têm maior direcionamento e planejamento, fatores que trazem melhores resultados aos alunos.

A formação inicial da criança é muito importante, é a base que o acompanhará por toda sua vida acadêmica. Vale ressaltar que a responsabilidade da educação não é restrita à escola, principalmente se considerarmos a formação supracitada, de que o primeiro contato da formação educacional por meio da oralidade é com a base familiar.

Cabe ao seio familiar incentivar a criança e se policiar para que ela não seja influenciada negativamente com vícios linguísticos, como plebeísmo, pleonasma, arcaísmos, ambiguidade, dentre outros. Ou seja, frente à criança fazer uso da língua da maneira mais culta possível, porém de forma simples para melhor compreensão e fixação.

O aprendizado advém muito do conhecimento científico, demonstrado pelas instituições de ensino, no entanto há também o conhecimento empírico que somente é adquirido com a convivência social.

...os significados que a escrita assume para um grupo social dependem dos contextos e instituições em que ela foi adquirida. Não pressupõe, esse, modelo, uma relação causal entre letramento e progresso ou civilização, ou modernidade, pois em vez de conceber um grande divisor entre grupos orais e letrados, ele pressupõe a existência, e investiga as características de grandes áreas de interface entre práticas orais e práticas letradas. (KLEIMAN, 1995, p. 21)

Marcuschi (1997, p. 120) afirma que a escrita é um fator indispensável para o bem social, abrangendo tanto a zona rural quanto urbana; concluindo que ela “pode ser vista como essencial à própria sobrevivência”.

Premissa que nos faz refletir sobre uma vida sem escrita, ao se dispor a pensar se deparará com um grande vazio, como se grande parte do que existe desaparecesse, grande parte das funções que necessitam diretamente do registro gráfico de todo conteúdo. Nessa mesma perspectiva, acontece igualmente se desconsiderássemos a existência da linguagem oral.

A tecnologia difundiu mais a escrita, hoje, principalmente com os avanços tecnológicos, ela passa a ser mais exigida dentro da sociedade, principalmente nas relações mais formais, como no trabalho e na formação acadêmica. O que ratifica a tese de Marcuschi

(1997) que relata a extrema importância da linguagem escrita, porém esta não substitui a oralidade, a qual também sua posição de essencialidade para a vida.

A oralidade é de suma importância tanto no cotidiano, como no que tange a sua vida profissional. Ora, as organizações buscam cada vez mais pessoas multifuncionais com uma maior capacidade de se expressar, sugerir ideias e saber conviver em grupo. A escola tem o papel de dar embasamento teórico para que o indivíduo consiga ter domínio do conhecimento e conseqüentemente ingressar na faculdade e no mercado de trabalho.

Neste sentido, a partir da observação da relevância da língua oral surgiu o questionamento de como trabalhar a oralidade na sala de aula. Este tema é fruto das interrogações surgidas no âmbito educativo, a partir de vivências e de reflexões teóricas, que visam atentar para as novas necessidades do mundo profissional que precisa de pessoas capacitadas e multifuncionais que possuam fluência verbal, se comuniquem bem, possuam poder de persuasão, defendam suas ideias e seus direitos (DONATO, 2006, p. 3).

É importante praticar a oralidade desde o seu primeiro contato com a escola, não apenas utilizando-a para transmitir conhecimento restrito à sala de aula, mas buscar forma de desenvolvê-la também no âmbito social. Trata-se de um fator determinante para a interação social, o qual se inicia com “gestos, pequenas palavras e expressões faciais, depois vai se desenvolvendo com a necessidade não apenas de comunicar-se, como também de ter respostas para suas curiosidades sobre coisas do mundo que lhes pareçam novas” (TARGINO e MAFRA, 2005, p. 4).

A linguagem oral também se utiliza da escrita, principalmente a área da gramática, já que quando se sabe a pronúncia das palavras e o modo com que elas são aplicadas, há uma complementação entre os dois elementos.

Há inúmeras maneiras de se abordar a escrita na escola, tanto que durante todo o período escolar há o estudo da língua, porém, indagam-se quais as formas da oralidade ser abordada nas instituições de ensino, sendo explicada por Kato (1987, p. 7 *apud* DONATO, 2006, p. 3-4):

A premissa, tratada pelo autor, é que a escola deve ocupar-se da fala propondo um paralelo de análise com a escrita. Concorda com Kato (1987:7) sobre o consenso de que a escola se dedique preferencialmente ao ensino da escrita, pois esta ocupa papel central na vida das sociedades letradas. Contudo, “no início da escolarização a fala exerce influência sobre a escrita” (MARCUSCHI, 1996: 3) Além disso, Kato afirma que “a chamada norma padrão, ou língua falada culta, é consequência do letramento, motivo por que, indiretamente, é função da escola desenvolver no aluno o domínio da linguagem falada institucionalmente aceita”.

O autor segue a linha de que a escrita tem maior importância que a oralidade, utilizando a tese que é o fator essencial na sociedade letrada, porém evidencia que nas séries iniciais a língua oral tem total influência sobre a escrita, sendo por este motivo a importância do desenvolvimento da oralidade. No entanto, há uma discordância deste pensamento, como expressa Targino e Mafra (2005, p. 4):

...além da fala usada diariamente, há essa necessidade de coloca-los em contextos que façam surgir habilidades de pensar, criticar, argumentar, posicionar-se, e é na escola, com o envolvimento ativo nas atividades escolares, que se pode estimular o pensamento crítico sobre determinados assuntos.

Afirmar que a oralidade tem sua importância fundada nas séries iniciais é desprezar todo o seu valor frente ao contexto social e o seu poder de capturar conhecimento, ora, os seres humanos são individuais, no sentido de serem seres únicos com particularidades diferentes, tanto que o aprendizado pode se dar por meio dos sentidos, visão e audição.

Marcuschi (1997) salienta que a fala é correlacionada à informalidade, já que remete ao dia-a-dia, e é um fator conquistado naturalmente, em contrapartida, a escrita é tida como algo formal, que se aprende na escola; e desde as séries iniciais até a sua formação do ensino médio são ensinadas particularidades da língua escrita, e quão complexo é sua aplicabilidade.

Por raciocínio desta natureza a inserção da oralidade nas escolas se faz essencial, para desmistificar e provar que a fala deve ser cada vez mais emitida na forma culta, considerando as normas, assim todo o conhecimento refletirá na forma de se escrever, já que a maioria fala mais que escreve.

Quando se tenta relacionar a escrita e a oralidade nas escolas, a linguagem oral tende a emitir aquilo que está escrito e por mais que esteja utilizando a fala, a oralidade vai além disso. Ela abrange a forma de expressar suas ideias, formular textos explicativos e emití-los da forma mais natural possível, e ainda tem o poder de fazer pensar.

Conforme Santos e Farago (2015, p. 113) “A oralidade é entendida como uma atividade verbal presente nas mais diferentes situações sociais em que o indivíduo possa se inserir ao longo de sua vida, é a transmissão oral dos conhecimentos armazenados na memória humana”, já falar consiste na emissão de palavras.

Em complemento Esteves (2014) relata que as instituições de ensino aplicavam a oralidade na leitura e nas atividades desencadeada por esta, como por exemplo, a interpretação de texto, e leitura em voz alta. “A compreensão da oralidade como eixo básico

(uso da língua oral e escrita) que resulta na reflexão sobre a língua e a linguagem, só veio a se constituir como necessidade a partir da implementação dos PCN” (ESTEVES, 2014, p. 28).

A oralidade por mais que tenha maior influência na criança, ela é essencial para toda a vida, dentro e fora das escolas. A oralidade é importante principalmente no âmbito social, pois é necessário o contato com o outro, mas não é restritivo a este contexto, por meio da exposição de um texto, ideias, ou de um debate agrega-se conhecimento capaz de transformar o seu modo de pensar, o moldando como cidadão crítico, perfil desejado na sociedade, pois este é capaz de pensar diferente e transmitir seus conceitos a quem o cerca.

Já se a pessoa não tem domínio da fala, ficará retraído, e não será capaz de compartilhar ideias e ideais, terá receio de conversar com o próximo, e a probabilidade de se desenvolver profissionalmente e socialmente é mínima.

Com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais, a linguagem oral deve ser instigada com foco em ser uma ferramenta de obtenção de conhecimento. Pesquisas demonstram com maior ênfase a importância dessa modalidade nas escolas, com maior destaque entre os professores do Ensino Fundamental I e II (DONATO, 2006).

A linguagem oral possibilita comunicar ideias, pensamentos e intenções de diversas naturezas, influenciar o outro e estabelecer relações interpessoais. Seu aprendizado acontece dentro de um contexto. Quanto mais as crianças puderem falar em situações diferentes, como contar o que lhes aconteceu em casa, contar histórias, dar um recado, explicar um jogo ou pedir uma informação, mais poderão desenvolver suas capacidades comunicativas de maneira significativa (BRASIL, 1998, p. 120).

É importante frisar que a oralidade é vivenciada em todos os contextos da vida humana, em maior ou menor grau, inclusive na escola; a linguagem oral é utilizada nas conversas paralelas, na explicação do professor, mas é pouco aplicada como metodologia de ensino, no entanto, Esteves (2014, p. 26-26) expõe que em Atenas e na Grécia Antiga, “os sofistas, no século V a.C., tinham por função ensinar a arte retórica aos alunos.” No intuito de orientar sobre a arte da política por meio dom de falar bem e aplicar discurso persuasivo.

Nesse tempo é explícito a importância dada a esta linguagem, tanto que Jaeger (2001) enfatiza que “a noção de virtude, como virtude política, era vista pelos sofistas, sobretudo como aptidão intelectual e oratória, o que nas novas condições do século V era o decisivo”.

A oralidade por muito tempo foi considerada como um dos pilares educacionais, era uma disciplina das universidades na Idade Média, era considerada como uma das três artes liberais, juntamente com a lógica e a gramática. Segundo Leal (2012), numa leitura de Breton

(1999), a arte retórica ocupou durante dois mil e quinhentos anos o centro de todo o ensino, e era ensinada:

...que tinha como função social ensinar as habilidades de falar em público de modo persuasivo. Na verdade, eram treinadas as habilidades de uso da linguagem falada, cuja finalidade era obter a adesão de um público (audiência). Assim, a concepção de língua presente entre os estudiosos da retórica era a de que essa se constituía como um arsenal de estratégias discursivas para finalidades práticas (LEAL, 2012, apud LEAL; GOIS, 2012, p. 14).

A oralidade é tida por muitos como a capacidade natural de discursar; essa premissa remete a ideia de que trabalhar com essa modalidade de linguagem é o mesmo que ensinar a falar; as escolas hoje procuram focar mais no ensino da escrita, direcionando a aprendizagem da fala para o ambiente extraescolar. É necessário acrescentar que os pais muitas vezes têm a ideia de inserir seu filho na escola para que ela possa aprender ler e escrever e esquecem que a expressão por meio da fala também é fundamental. Assim como expressa Tergino e Mafra (2005, p. 5):

Quando a oralidade é planejada, usando métodos adequados, a criança perde o medo de falar e expressar-se, ganhando confiança em suas palavras; e em diversas situações ela começará a fazer uso da linguagem oral, fazendo com que sinta prazer em se comunicar. Tornando contínua essa necessidade, a sala de aula torna-se participativa, e com essa interação, além de desenvolver a oralidade, diversifica a aprendizagem consolidando o conhecimento.

O autor nem remete ao falar em público, que em análise é o maior problema dentro da oralidade; ele aponta para o problema que a falta da oralidade pode trazer ao aluno, já que este terá dificuldade de se expressar em todas as situações, até para sanar dúvidas, em mencionar o desenvolvimento das habilidades de cada um, pois se houver alguém que nasceu com essa facilidade em expressar por meio da fala, não terá a oportunidade de aprimorar essa técnica no âmbito escolar, ou até mesmo aquele que queira seguir a profissão que exija essa habilidade ficará desfavorecido por não tê-la desenvolvido.

É ensinado dentro da língua escrita aquilo que se enquadra dentro dos padrões cultos, considerados como correto, e tudo aquilo que não compete a está grafia, por consequência é classificado como errado. Marcuschi (1997, p. 123) menciona que a escrita foi tida como “algo superior, autônomo, com valores intrínsecos etc., tornando-se fonte de preconceito.

Dentre essas características Kleiman (1995, p. 21-22) explica o que significa uma escrita autônoma:

A característica de “autonomia” refere-se ao fato de que a escrita seria, nesse modelo, um produto completo em si mesmo, que não estaria preso ao contexto de sua produção para ser interpretado; o processo de interpretação estaria determinado pelo funcionamento lógico interno ao texto escrito, não dependendo das (nem refletindo, portanto) reformulações estratégicas que caracterizam a oralidade, pois nela, em função do interlocutor, mudam-se rumos, improvisa-se, enfim, utilizam-se outros princípios que os regidos pela lógica, a racionalidade, ou consistência interna, que acabam influenciando a forma da mensagem. Assim, a escrita representaria uma ordem diferente de comunicação, distinta da oral, pois a interpretação desta última estaria ligada à função interpessoal da linguagem, às identidades e relações que interlocutores constroem, e reconstroem, durante a interação.

O domínio da escrita como já mencionado, inicialmente era daqueles que tinham maior poder econômico, e de acordo com Marcuschi (1997) há aqueles que defendem a tese de que a escrita foi a motivação para o racismo, no entanto, seria hipocrisia não reconhecer a sua essencialidade para a vida. A linguagem escrita não é autônoma, tanto que depende da oralidade, com maior necessidade nas séries iniciais, no entanto, como entende Kleiman (1995) a língua escrita e a oral estão em situação de conflito, principalmente pela escrita ter maior destaque e prestígio:

Acredito que o distanciamento entre a língua oral e a língua escrita, devido à especialização e ao funcionamento diferenciado de ambas, configura uma situação diglósica, não de línguas em contato, mas de línguas em conflito (Ferguson 1959; Hamel 1983; Matin-Jones 1989). Trata-se de duas modalidades que constituiriam variedades discursivas da mesma língua, **sendo que cada uma tem status e prestígio diferentes**, e que também teriam diferenças em consequência das suas funções diferenciadas na sociedade (ver Bortoni, neste volume). Também há diferenças nos níveis formais – lexical, morfológico, sintático – do sistema. Estas acentuam-se mais ainda quando consideramos que **apenas a língua escrita tem uma herança literária de prestígio, que codifica, reproduz e divulga os valores culturais dos grupos de poder da comunidade. Também apenas a língua escrita tem sido objeto de processos de gramaticalização, dicionarização e normatização**. Do ponto de vista sócio-histórico, as condições para a configuração de uma situação diglósica de línguas em conflito também estão presentes: o uso da escrita está limitado a uma pequena elite, e a situação de usos, funções e contextos diferenciados tem uma realidade histórica, pois emerge juntamente com a burocracia letrada nas cidades no século XVI (ver Rama 1985) (KLEIMAN, 1995, p. 48-49 **grifo nosso**).

É possível ver claramente por meio deste trecho a superioridade da escrita e a exclusão e desvalorização que sofre a língua oral; sendo afirmado que apenas a escrita passa pelo processo da gramática e da normatização, enquanto a oralidade é tida como algo informal que não tem necessidade de atenção quanto a sua prática e aplicabilidade. Tanto que nas escolas como informa Kleiman (1995) a preocupação é apenas com o ensino dos códigos (alfabético e numérico), aquele responsável pelo sucesso individual, a família, a igreja, a sociedade e o trabalho mostram orientações de letramento distintas.

Como exposto anteriormente, Esteves (2014) afirma que foi com a implantação do PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) que a língua oral passou a ser entendida como modalidade importante a ser tratada pela escola.

Foi identificada a necessidade de atenção quanto ao gênero oral quando feita uma observação legítima a respeito das dificuldades e resistências dos alunos na situação de qualquer requerimento de que expressassem ideias, posicionamento e argumentos, seja na rotina da sala de aula, entre colegas, ou quando exigido uma maior formalidade, a maioria apontou medo e embaraço de se encontrar nessa situação (ESTEVES, 2014).

Segundo Esteves (2014, p. 27) “tanto fora da escola como dentro dela, soava como algo desnecessário desenvolver habilidades de oralidade, já que estão em um território tão ‘cotidiano’ como o da fala”. Porém, no meio social, este é um elemento de extrema importância, em “maior ou menor competência discursiva faz toda diferença em termos de inserção social”.

Desenvolver práticas que envolvem a oralidade ainda é um desafio, pois há diferença. A comunicação quanto a determinadas situações, como expressa o PCN: “Trata-se de propor situações didáticas nas quais essas atividades façam sentido de fato, pois é descabido treinar um nível mais formal da fala, tomado como mais apropriado para todas as situações” (BRASIL, 1998, p. 25).

Como a fala está presente em diversas situações de comunicação, desde aquelas de total informalidade até aquelas que exigem um maior nível de formalidade, portanto, aplicar a fala de uma única forma por muitas vezes fará com que o indivíduo não seja compreendido. Como, por exemplo, utilizar termos técnicos para conversar com uma pessoa sem instrução deixará a comunicação improdutiva.

Todos esses pontos devem ser abordados pela escola, ensinar a oralidade é desenvolver o domínio da língua e de outras áreas até que este esteja apto a formular ideias e expressá-las, aplicando todo o ensinamento dado.

Ensinar língua oral deve significar para a escola possibilitar acesso a usos da linguagem mais formalizados e convencionais, que exijam controle mais consciente e voluntário da enunciação, tendo em vista a importância que o domínio da palavra pública tem no exercício da cidadania. Ensinar língua oral não significa trabalhar a capacidade de falar em geral. Significa desenvolver o domínio dos gêneros que apoiam a aprendizagem escolar de Língua Portuguesa e de outras áreas e, também, os gêneros da vida pública no sentido mais amplo do termo (BRASIL, 1998, p. 67).

A linguagem oral é afirmada em vários trechos que trata de um fator de maior importância para o exercício social e sua interação, seja na busca de trabalho, ou realização de

tarefas profissionais, ou seja, a oralidade faz parte de todas as áreas, seja em maior ou menor grau.

O fato é que mesmo quem considera a linguagem oral informal, tenta torna-la mais formal quando verifica que a situação exige uma postura mais profissional, se a pessoa tem uma boa base escrita falar de forma culta não será tão difícil, no entanto, não ter o hábito e técnicas que auxiliam na facilidade de expressar pode ser um problema.

O que não pode ser deixado de considerar é que a oralidade é aplicada em diversas situações, formais e informais, individual e em público. Considerando essa premissa é válido salientar que na escola não há avaliação quanto a aplicabilidade da linguagem oral, mas a vida extraescolar analisa todo o desempenho.

No entanto, nas inúmeras situações sociais do exercício da cidadania que se colocam fora dos muros da escola – a busca de serviços, as tarefas profissionais, os encontros institucionalizados, a defesa de seus direitos e opiniões – os alunos serão avaliados (em outros termos, aceitos ou discriminados) à medida que forem capazes de responder a diferentes exigências de fala e de adequação às características próprias de diferentes gêneros do oral. Reduzir o tratamento da modalidade oral da linguagem a uma abordagem instrumental é insuficiente, pois, para capacitar os alunos a dominarem a fala pública demandada por tais situações (BRASIL, 1998, p. 25).

No documento OCEM (Orientações Curriculares para o ensino médio) fica explícito que o objetivo da exigência da oralidade no Plano Curricular é:

O que se prevê, portanto, é que o aluno tome a língua escrita e a oral, bem como outros sistemas semióticos, como objeto de ensino/estudo/aprendizagem, numa abordagem que envolva ora ações metalinguísticas (de descrição e reflexão sistemática sobre aspectos linguísticos), ora ações epilinguísticas (de reflexão sobre o uso de um dado recurso linguístico, no processo mesmo de enunciação e no interior da prática em que ele se dá), conforme o propósito e a natureza da investigação empreendida pelo aluno e pelos saberes a serem construídos (BRASIL, 2006, p. 33).

No âmbito escolar, visa-se sempre a transmissão de conhecimento e o preparo do aluno para a vida após a formação escolar. E todos os fatores que podem auxiliar na progressão deste quanto ao seu desenvolvimento, devem ser considerados pelas escolas e essas instituições precisam trabalhar nos pontos de maior dificuldade para que ele melhore seu desempenho frente a essas situações de maior complexidade.

A escola além de ensinar técnicas, abrange a vida social do aluno; deixou de ser um lugar restritivo ao aprendizado de conteúdo teórico, hoje há uma preocupação com o social, a inserção no convívio com outras pessoas, o alerta para situações que podem ser desfavoráveis a este, como drogas e mundo dos crimes.

Então pode-se indagar qual a responsabilidade da escola em ensinar a aplicabilidade formal da linguagem oral. Lima e Baserra (2001, p. 66) esclarece:

A resposta é simples: porque são raras as situações reais de uso de um discurso oral mais formal por parte dos alunos fora do ambiente escolar. Além das situações de ensino-aprendizagem, é também na escola onde surgem as primeiras (e ricas) oportunidades de os alunos enfrentarem os gêneros orais públicos, em atividades diversas. Por exemplo, no espaço dos grêmios escolares, nas escolas de Ensino Médio, surgem os inevitáveis avisos e convites que interrompem a rotina das aulas, assim como os debates e discursos políticos inflamados, principalmente durante os processos eletivos (LIMA, BESERRA, 2001, p. 66).

Falar em público, para muitos, é uma tortura, causa pânico e sofrimento; o medo de expor ideias é apavorante, de ser repreendido, ou contestado, julgado como incorreto, são inúmeras as cenas que veem a mente. Mas fora das escolas segundo Bergmann (2009, p. 77) são raras as situações que se fala em público fora do contexto escolar:

O ato de falar para outros em público adquiriu, em diversas culturas e épocas, traços e características peculiares. Em nossa cultura, falar em público constitui-se num desafio, por destacar o indivíduo do grupo. E essa distinção ocorre quando a pessoa apresenta habilidade para tal – por tê-la desenvolvido. Necessário, assim, para que isso ocorra, refletir a respeito de como operacionalizar tal desafio, o qual, parece-me, deveria ser trabalhado na escola, porquanto raras são as situações verdadeiramente autênticas de fala com maior formalidade das quais os alunos têm oportunidade de participar fora do ambiente escolar. (BERGMANN, 2009, p. 77)

Mesmo que sejam poucas as situações, não se consegue estipular quem fará uso ou não, e deve-se preparar o aluno para as situações que poderão acontecer, já que utilizaram caso necessário, se não julgar útil o conhecimento não será em vão, até mesmo porque, muitas são as vezes que se julga que algo não será necessário e aparece a situação em que tal aprendizado se faz útil.

Em complemento aos dados, expomos duas pesquisas que analisaram questões da oralidade. Pesquisa realizada por Esteves (2014, p.55) no Estado de Goiás, sobre a frequência com que os professores trabalham com gêneros orais, desconsiderando até dado momento qual a interpretação do docente para este termo. A qual expõe:

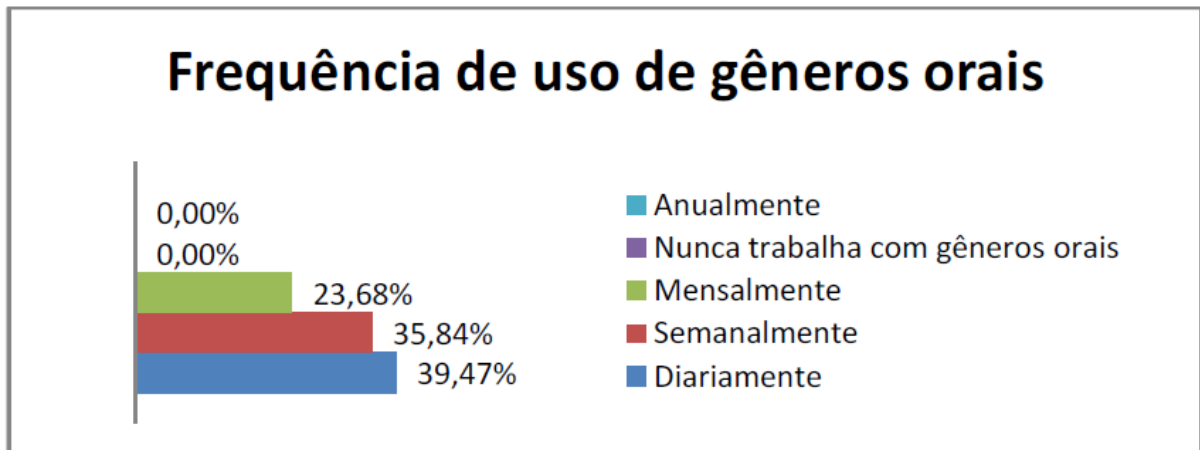


Gráfico1 Frequência de uso de gêneros orais

Fonte: Esteves (2014, p. 55)

Contrariando pesquisas anteriores como de Swiderski e Costa-Hubes (2006), as quais atestam a “pouca utilização dos gêneros orais pelos professores, por desconhecimento de como proceder”, as respostas surpreenderam quem a desenvolveu, fato que remete que na maior parte das escolas, o conhecimento que se tem, considerando dados informais e empíricos, é que mesmo com o PCN há pouca aplicabilidade da linguagem oral.

Embora esta pesquisa traga esses dados, há autores que não concordam com tais estatísticas como Donato (2006, p. 5) que dispõe:

A ausência da oralidade nas escolas está confirmada pelas nossas pesquisas: tanto as entrevistas com os professores (cf. CYRANKA et al, 2006) quanto os livros didáticos revelam descaso com o componente oral, deixando no aluno uma lacuna não somente no conhecimento referente à linguagem, formador de um arcabouço teórico ao longo da escolarização, mas também quanto às regras de conduta que permeiam alguns eventos.

A realidade transmitida por Donato (2006) é a que acreditamos ser a verdadeira, uma vez que, mesmo sem pesquisas efetivas, apenas por meio informal de levantamento foi o que foi constatado nas escolas de nosso município. Óbvio que não é uma generalização, mas o foco acaba por ser a escrita.

A oralidade é pouco desenvolvida dentro da sala de aula, mesmo quando é aplicada não é tratada como modalidade de ensino, já que não são feitas avaliações, análises ou observações de melhoria:

Ao desenvolver em sala de aula a oralidade enquanto modalidade linguística, percebemos que as professoras observadas e entrevistadas não faziam anotações para compreender ou analisar melhor as falhas da comunicação oral, que permitissem ao professor procurar estratégias e intervenções, através das diferentes

metodologias, de modo que a cognição e as etapas do desenvolvimento da criança fossem constantemente consideradas. As anotações sobre estas atividades permitem avaliar cada um individualmente, aprimorando o desenvolvimento da oralidade. Levar em conta as dificuldades de cada um, através das anotações contínuas, auxilia no processo de avaliação, que não considerará exclusivamente as notas, mas aprendizagem geral da criança. Aquilo que é considerado erro pode ser tomado como processo do acerto, da compreensão singular da criança, da aprendizagem contínua, sem que se desconsiderem os espaços de discussão, debate, e formação de argumentos. (TARGINO e MAFRA, 2005, p. 77)

Ao ser aplicado a linguagem oral, não é considerado que ela está em avaliação, não é ensinado técnicas ou opiniões sobre pontos de melhora. Ratificando a dificuldade de implantação dessa modalidade linguística.

Ao referir a exclusão na oralidade não referimos a não utilização, pois há a presença da fala, mas não da maneira que se deveria, dando a sua devida importância para o desenvolvimento do aluno.

A exclusão é tratada por este por não se focar no ensino do modo de se falar, ensina-se apenas a forma correta de escrever, e não considera a necessidade de saber se expressar e nem considera que essa dificuldade, afeta até o desenvolvimento de aprendizagem, ora ficará comprometido já que não tirará suas dúvidas, tendo por base experiência própria e a afirmação de Esteves (2014) como exposto no início da abordagem.

Tanto a oralidade quanto a escrita são fundamentais para o desenvolvimento do cidadão já que a partir dessas duas modalidades da linguagem é possível que os sujeitos se posicionem, coloquem suas opiniões e visões de mundo perante a vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linguagem escrita como a oral têm grande importância para o homem, porém há situações que se aplica uma mais que a outra, como por exemplo, no cotidiano a oralidade é mais usual, e quando se trata de situações formais, ligadas às instituições e às burocracias, a escrita se destaca.

Por mais que houvesse a grafia rudimentar, a oralidade foi a que se desenvolveu primeiro, tanto que a difusão da escrita ocorreu vagarosamente e com grande repressão, pois somente os detentores do poder tinham seu domínio. Já a fala não era algo controlável, uma vez que sua aprendizagem consiste em um processo natural, que só é necessário o contato social, ou seja, com outros sujeitos.

Se a fala é desenvolvida no contexto social, e esta vem sendo menos aplicada, é de suma importância para as ciências sociais compreender os motivos que estão refletindo nessa realidade, e buscar soluções para que essa forma de comunicação seja preservada. Ressaltando a sua essencialidade para o contexto social, tanto que por falta de diálogo acontecem várias violências e atrocidades.

Após a instauração da escrita ficou evidente a maior focalização em sua aprendizagem, e a oralidade transformou-se em um complemento, sem relevância no âmbito escolar; sendo excluída frente aos ensinamentos, uma vez que não se destinava a devida atenção a ela.

Tanto é válido essa premissa, que Esteves (2014) dá o entendimento que o PCN (Parâmetros Curriculares Nacional) vendo essa exclusão e suas consequências passou a exigir a inserção do ensino da oralidade nas escolas, porém utilizar metodologias diferentes àqueles que estão acostumados a uma única forma de aprendizado causa rejeição, principalmente quando há uma dificuldade naquele quesito.

Ora, são poucos aqueles que enfrentam suas dificuldades a fim de supera-las, porém, a escola ficou com este papel, de fazer que seja desenvolvida a oralidade de forma séria, e para que isso se materialize as mudanças devem ser feitas com seriedade, principalmente por ser algo visto com total informalidade.

Porém é pertinente lembrar, que mesmo que a norma exista o importante é que seja cumprida, ou seja, que a prática exista e não seja apenas um escrito formal.

Tendo em vista que a escrita sofre influência da maneira que se fala, esta tende a ser melhorada e nesta perspectiva o foco tem que ser em tratar os dois elementos, escrita e oral, com a mesma importância e essencialidade, de forma que ambas sejam avaliadas, para que o

aluno tenha atenção e dê importância, de modo a perceber que são elementos fundamentais para a vida em qualquer área que se aplique.

Neste aspecto é de suma importância do docente, aquele que tem papel de transmitir o conhecimento, buscar formas de melhor aplicar o conteúdo, e quem tem o papel de fazer cumprir o que determina o PCN, e desenvolver os conteúdos programados, vale registrar, que o docente em ciências sociais é muito importante para área do desenvolvimento da oralidade e conseqüentemente seu desenvolvimento frente à sociedade e no que tange as questões que a cerca.

Contudo, a linguagem oral teve sua exclusão no âmbito escolar, porém o ministério da educação percebendo essa falha e admitindo a essencialidade da língua oral criou mecanismos para corrigir este erro, no entanto, trata-se de um processo gradativo, e aqueles lesados terão que se desenvolver extraescolar.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, R.; MARTY, E. **Oral/Escrito**. In: Enciclopédia Einaudi. Oral/Escrito; Argumentação. Portugal: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987. v. 11.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio: Jeanne Marie Gagnebin. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERGMANN, Leila Mury. **A voz dos alunos na sala de aula: a prática da oratória**. Educação Unisinos, janeiro/abril, 2009. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/4930/2181>>. Acesso em 04 out. 2017.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa**. Brasília: Ministério da Educação, 1998.
- CAVALCANTE, Frederico. **Linguagem, Língua, Linguística**. Apoio Pedagógico: Estudos Linguísticos I. FALE (Faculdade de Letras) UFMG. Disponível em: <<http://grad.letas.ufmg.br/arquivos/monitoria/Encontros1e2-09.pdf>>. Acesso em 16 nov. 2017.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- DONATO, Fabiana Juvêncio Aguiar. **ORALIDADE E SUAS REFLEXÕES EM SALA DE AULA**. 2006. Disponível em: <<https://www.tecnoevento.com.br/nel/anais/artigos/art25.pdf>>. Acesso em 15 out. 2017.
- ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. RocketEdition, 1876. Versão ebook. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco.pdf>>. Acesso em 02 ago. 2017.
- ESTEVES, Maria Virgínia Lopes Viana. **DESENVOLVIMENTO DE GÊNEROS ORAIS NA ESCOLA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA A DOCÊNCIA**. Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/4937/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Maria%20Virg%C3%ADnia%20Lopes%20Viana%20Esteves%20-%202015.pdf>>. Acesso em 12 out. 2017.
- GERALDI, João Wanderley (org). **O TEXTO NA SALA DE AULA**. 3. Ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.
- GERALDI, J. W.; CITELLI, B. (Org.). **Aprender e ensinar com textos dos alunos**. São Paulo: Cortez, 2001.
- GERALDI, J. W. **Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GOMES, Eduardo de Castro. **A escrita na história da humanidade. 2007.** Disponível em: <http://dialogica.ufam.edu.br/PDF/no3/Eduardo_Aspectos_da_escrita_na_Historia_da_humanidade.pdf>. Acesso em 02 ago. 2017.

KLEIMAN, A. B. **Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola.** In: KLEIMAN, A. B. (Org.). Os significados do letramento: uma perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LIMA, A. e BESERRA, A. **Sala de aula: espaço também da fala.** In: LEAL, T. F. A oralidade na escola: a investigação do trabalho docente como foco de reflexão. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Oralidade e Escrita.** Signótica, 1997. Disponível em: <http://teleduc4.letras.ufmg.br:8000/cursos/diretorio/leituras_13_1/1%20Marcuschi%20Oralidade%20e%20Escrita.pdf>. Acesso em 01 out. 2017.

MENDONÇA, Marina Célia. **Língua e Ensino: políticas de fechamento.** In: MUSSALIN, Fernanda & BENTES, Anna Christina. Introdução à Linguística: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2009.

MORIN, Edgar. **O paradigma perdido: a natureza humana.** 4ª edição. Publicações europa-américa, 1973. Disponível em: <http://ruipaz.pro.br/textos_pos/paradigma_perdido.pdf>. Acesso em 01 set. 2017.

Rojo, Roxane. **As relações entre fala e escrita: mitos e perspectivas** Belo Horizonte: Ceale, 2006. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/Col.%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20Letramento/Col%20Alf.Let.%2013%20Relacoes_Fala_Escrita.pdf>. Acesso em 02 ago. 2017.

SANTOS, Maria Gabriela da Silva; FARAGO, Alessandra Corrêa. **O desenvolvimento da oralidade das crianças na Educação Infantil.** Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 2 (1): 112-133, 2015. Disponível em: <<http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/35/06042015200343.pdf>>. Acesso em 16 nov. 2017.

SIGNORINI, Inês. Apresentação. In: SIGNORINI, Inês (Org.). **Investigando a relação oral/escrito e as teorias de letramento.** Campinas: Mercado de Letras, 2001.

SOARES, M. **Linguagem e escola: uma perspectiva social.** 17. ed. São Paulo: Ática, 2002.

TARGINO, Camila Medeiros; MAFRA, Luciana Dantas. **A IMPORTÂNCIA DA ORALIDADE EM SALA DE AULA.** III CONEDU (Congresso Nacional de Educação), 2005. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA5_ID4508_15082016132803.pdf>. Acesso em 13 out. 2017.

VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaievich. **A construção da Enunciação e Outros ensaios.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.